

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP – SERVIÇO SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA**  
(Processo Administrativo n.º 23228.000718/2019-55)

**1. DO OBJETO**

1.1. **ASSUNTO:** Registro de preços para contratação eventual e futura de empresa especializada na prestação de serviços comuns de **recarga e manutenção preventiva e corretiva de extintores de incêndio**, em atendimento às demandas da Reitoria e *Campi* do Ifap.

1.2. O serviço deverá ser prestado conforme especificações descritas nesse Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital independente de transcrição;

1.3. Para efeito de julgamento dos preços no PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, o critério de julgamento deverá ser **menor preço por grupo**, sendo vencedor o licitante que ofertar o menor valor para o grupo na fase de lances;

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário;

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

1.6. Para os itens agrupados, a classificação final será feita pelo valor global do grupo, no entanto, a disputa será por item;

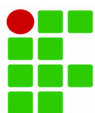
1.7. O serviço deverá ser prestado conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, observadas as especificações e quantidades relacionadas abaixo:

**TABELA I – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES DE REFERÊNCIA**

<b>G R U P O</b>	<b>ITEM</b>	<b>CÓDIGO CATSER</b>	<b>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDA DE DE MEDID A</b>	<b>QTDE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</b>	<b>VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL</b>
<b>1</b>	<b>1</b>	150240	<b>Extintor ABC PQS, 6 KG (Fornecimento e instalação)</b> - Extintor ABC PQS, 6 KG, com fornecimento e instalação de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC PQS, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com todos os materiais necessários	UND	<b>26</b>	R\$ 282,67	R\$ 7.349,42
	<b>2</b>	3662	<b>Extintor, carga de água pressurizada - (Manutenção de 2º nível)</b> – Recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de água pressurizada direta, capacidade 10 l, observada a NBR 11715 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias	UND	<b>20</b>	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00
	<b>3</b>	150240	<b>Extintor CO2, 6 KG (Fornecimento e instalação)</b> - Extintor CO2, 6 KG com fornecimento e instalação de extintor de incêndio com carga de CO2, capacidade 6 kg, observada a NBR 11716 e alterações, com todos os materiais necessários		<b>26</b>	R\$ 565,14	R\$ 14.693,64
	<b>4</b>	3662	<b>Extintor, carga de CO2 - (Manutenção de 2º nível)</b> – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de CO2,	UND	<b>60</b>	R\$ 89,67	R\$ 5.380,20



		capacidade 6 kg, observada a NBR 11716 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.				
5	3662	<b>Extintor, carga de pó químico ABC, 4 kg - (Manutenção de 2º nível)</b> – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 4 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UND	18	R\$ 108,67	R\$ 1.956,06
6	3662	<b>Extintor, carga de pó químico ABC, 6 kg - (Manutenção de 2º nível)</b> – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UND	118	R\$ 93,00	R\$ 10.974,00
7	3662	<b>Extintor, carga de pó químico ABC, 6 kg - (Manutenção de 3º nível)</b> – manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UND	75	R\$ 93,25	R\$ 6.993,75
8	3662	<b>Extintor, carga de pó químico BC, 4 kg - (Manutenção de 2º nível)</b> – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico BC, capacidade 4 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UND	2	R\$ 99,30	R\$ 198,60
9	3662	<b>Extintor, carga de pó químico BC, 6 kg - (Manutenção de 2º nível)</b> – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico BC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UND	42	R\$ 81,63	R\$ 3.428,46
10	3662	<b>Extintor, tipo A, carga de água pressurizada, 15 kg - (Manutenção de 2º nível)</b> – recarga e manutenção de extintor de incêndio Tipo A, com carga de água pressurizada, capacidade 15 kg, observada a NBR 11715 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UND	11	R\$ 66,74	R\$ 734,14
11	3662	<b>Fornecimento e instalação de conjunto de mangueira</b> para combate a incendiário em fibra de poliéster pu ra, com 1.1/2", revestida internamente, com 2 lances de 15m cada.	UND	31	R\$ 425,48	R\$ 13.189,88
12	3662	<b>Inspeção de Hidrante com Realização de</b>	UND	39	R\$ 100,65	R\$ 3.925,35



		teste hidrostático em mangueira de incêndio com emissão de parecer e certificado de inspeção e manutenção de mangueira de incêndio.				
13	150651	Placa de sinalização de extintores e hidrantes - (Fornecimento e instalação) - Placa de sinalização com fornecimento e instalação de placa de sinalização de extintores e hidrantes, andares, rotas de fuga, proibido fumar, risco de incêndio, risco elétrico, advertências, indicação de pavimento, 'aperte e empurre', etc, com efeito fotoluminescente para sinalizar parede e demarcar solo, observada a NBR 13434 e alterações.	UND	243	R\$ 35,00	R\$ 8.505,00
14	3662	Sinalização de solo (piso) - Sinalização de solo (piso) com pintura para extintores e hidrantes, com fornecimento dos materiais necessários.	UND	203	R\$ 46,00	R\$ 9.338,00
15	40215	Suporte para extintores - (Fornecimento e instalação) - Suporte para extintores, com fornecimento e instalação de suporte universal utilizado para sustentação de extintores na parede e solo, com capacidade de suporte de acordo com extintores tipo Pó 4 Kg e 6 Kg, CO2 6 kg, H2O 15 kg e 10 l, com parafusos e buchas.	UND	65	R\$ 22,03	R\$ 1.431,95
Valor Total					R\$ 89.378,45	

1.8. O **VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA** para esta contratação é de **R\$89.378,45 (OITENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS);**

1.9. Para o alcance dos valores estimados, foram realizadas pesquisas de preços no banco de preços (ferramenta com informações sobre preços praticados nas licitações em outros órgãos públicos), painel de preços do governo federal, bem como diretamente com fornecedores, conforme documentos constantes no processo, em observância ao disposto na IN n. 03\2017 – SLTI/MPOG;

1.10. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

<b>Órgão gerenciador: REITORIA (UASG: 158150)</b>
Não existe estimativa de consumo

Órgão Participante (UASG: 158159): CAMPUS MACAPÁ E CAMPUS OIAPOQUE				
CAMPUS MACAPÁ				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
4	UND	1	30	30
5	UND	1	10	10
6	UND	1	85	85
11	UND	1	31	31



12	UND	1	31	31
13	UND	1	50	50
14	UND	1	30	30

**CRONOGRAMA**

Conforme necessidade durante a vigência da ARP

**CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE**

Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
6	UND	1	33	33
13	UND	1	33	33
14	UND	1	33	33

**LOCAL DE ENTREGA**

Campus Macapá: Rodovia BR 210, Km 03, S/N – Bairro Brasil Novo – Macapá/AP, CEP: 68.909-398  
Campus Oiapoque: Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 460 – Bairro Centro, Oiapoque/AP, CEP: 68.980-000

**Órgão Participante: CAMPUS SANTANA (UASG: 155592)**

Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	UND	1	6	6
3	UND	1	6	6
5	UND	1	6	6
7	UND	1	20	20
9	UND	1	2	2
10	UND	1	5	5
13	UND	1	40	40
14	UND	1	40	40

**CRONOGRAMA**

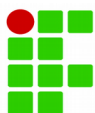
Conforme necessidade durante a vigência da ARP

**LOCAL DE ENTREGA**

Rodovia Duca Serra, s/n – Bairro Paraíso, Santana/AP, CEP: 69.925-000

**Órgão ou entidade participante (UASG: 155941): CAMPUS PORTO GRANDE**

Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	UND	1	20	20
3	UND	1	20	20
4	UND	1	20	20



7	UND	1	20	20
9	UND	1	10	10
10	UND	1	6	6
12	UND	1	3	3
13	UND	1	40	40
14	UND	1	40	40
15	UND	1	25	25
<b>CRONOGRAMA</b>				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				
<b>LOCAL DE ENTREGA</b>				
Rodovia Perimetral Norte (BR-210), km 103, S/N, CEP 68997-000, Porto Grande-AP				

Órgão ou entidade participante (158160): CAMPUS LARANJAL DO JARI				
Item	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Total
2	UND	1	20	20
4	UND	1	10	10
5	UND	1	2	2
7	UND	1	35	35
8	UND	1	2	2
9	UND	1	30	30
12	UND	1	5	5
13	UND	1	80	80
14	UND	1	60	60
15	UND	1	40	40
<b>40CRONOGRAMA</b>				
Conforme necessidade durante a vigência da ARP				
<b>LOCAL DE ENTREGA</b>				
Rua Nilo Peçanha, 1263 – Bairro Cajari, Laranjal do Jari/AP, CEP: 68.920-000				

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Para a contratação:

A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, anexo desse Termo de Referência.

### 2.2. Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

A Reitoria do IFAP vem colocando em prática as contratações compartilhadas entre a Reitoria e os seus *Campi*, com o objetivo de diminuir o fluxo e agilizar os processos de aquisições.

A adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o Princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir, o que caracteriza a lei de demanda.

Proporcionará também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao fazermos um só



processo despenderemos o tempo gasto em um processo licitatório uma única vez e teremos o material disponível sempre que necessário.

Adotou-se, assim, o Sistema de Registro de Preços – SRP, considerando as hipóteses previstas nos incisos II e III do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação somente quando houver necessidade, ou seja, os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as contratações ficarão mais ágeis, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços, respectivos fornecedores e condições já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

### 2.3. Para o agrupamento dos itens:

O critério de julgamento de “Menor Preço Global” por grupo justifica-se por entender que na prestação do serviço em questão, a divisibilidade total torna o contrato menos vantajoso. A opção do certame licitatório por grupo deve-se também ao fato de necessidade de padronização do presente serviço nas Unidades do IFAP, visto que a não classificação dessa forma poderá implicar na contratação de várias empresas dificultando o gerenciamento e fiscalização pelos demandantes. Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnica e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013), e conforme pesquisa de mercado, existem empresas que prestam o serviço desta contratação em todos os municípios onde estão localizadas as Unidades demandantes deste objeto.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recarga e manutenção de extintores portáteis (manutenção de 2º e 3º níveis), bem como fornecimento e instalação de extintores novos, além de sinalização de parede e solo, e colocação de suportes nos locais destinados aos cilindros, incluindo o fornecimento e reposição de peças e acessórios, em atendimento às necessidades da Reitoria e dos *Campi* do Ifap.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A presente contratação trata-se de serviços comuns, e ocorrerá através de **Pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços**, de acordo com os Decretos (e alterações) nºs 3.555/2000, 3.722/2001, 3.784/2001, 5.450/2005, 7.892/2013, Lei nº 10.520/2002, sendo aplicadas subsidiariamente às normas da Lei 8.666/93 e suas alterações. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado;

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5.1. Conforme o art. 3º da Lei 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade,



da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

5.2. Segundo o TCU, licitações sustentáveis visam, além de outros aspectos, o desenvolvimento regional e equidade social, benefícios à saúde pública e redução dos impactos ambientais, comércio justo, novos negócios e incentivo a micro e pequenas empresas. Assim, a administração privilegiará, na presente aquisição, a adoção da proposta mais vantajosa dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental, quando aplicáveis, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e alterações.

5.3. Por sua vez o Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, regulamenta o dispositivo da Lei de Licitações já citado, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras: I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Além disso, em seu artigo 3º dispõe que tais critérios e práticas de sustentabilidade serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;

5.4. A presente licitação, portanto, busca observar os principais dispositivos que tratam do desenvolvimento sustentável nas aquisições e contratações públicas, inclusive o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Ifap e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

## **6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. O serviço, objeto desta contratação, é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 5, de 2017, e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes, bem como ao disposto neste Termo de Referência;

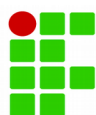
6.2. A contratada deverá prestar o serviço em observância ao mínimo estabelecido em cada descrição dos itens de serviço desta contratação, por meio de equipamentos e recursos profissionais adequados e em perfeito estado de uso, com pessoal treinado e habilitado para o desenvolvimento das atividades, estando ciente de que as normas do INMETRO e Corpo de Bombeiros devem ser cumpridas, no que couber;

6.3. Em face da especialidade da Contratada na prestação do serviço licitado, todos os custos necessários para execução do seu trabalho devem estar consignados na proposta de preços, sendo que para a fiel prestação do serviço, dentro dos padrões de eficiência e qualidade adequados, observada a dinâmica de mercado, caso não tenha sido descrito neste termo de referência algum item acessório de fundamental importância e imprescindível para o serviço, a Contratada deverá disponibilizar para que a prestação seja efetivada;

6.4. A empresa deverá apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou identificados (com crachás) durante a execução dos serviços;

6.5. Para os serviços que envolvam o deslocamento de materiais e equipamentos, a empresa será a responsável pelo transporte dos objetos;

6.6. A Contratada deverá responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do Instituto Federal do Amapá, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a prestação do serviço, e comunicar ao fiscal do Contrato do Ifap, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários;



6.7. O Contratado deverá indicar um preposto/representante para comunicação entre os representantes do Contratante, o qual deverá prestar o atendimento de forma ágil, bem como organizar e coordenar os serviços quando necessários.

## **7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Ifap desenvolve suas atividades no Estado do Amapá, tendo unidades fixas em alguns Municípios, bem como a promoção de ações em outras localidades do Estado;

7.2. O trajeto entre os Municípios que sediam as unidades demandantes do presente serviço pode ser dado por meio terrestre, sendo a maior distância cerca de 600 km da Capital Macapá.

## **8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. Observado o disposto na IN nº 05, de 2017, a avaliação dos serviços será baseada na produtividade/qualidade dos serviços prestados, e a IN disponibiliza o modelo de instrumento de avaliação chamado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

8.2. Para esta contratação, a fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo de referência previsto no item 10 deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

8.2.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Conforme os Estudos Preliminares, esta contratação trata-se de serviços a serem prestados de forma continuada, os quais são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93, Instrução Normativa SEGES/MPOG n. 5, de 2017, no Edital, na sua Proposta Comercial e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes;

9.2. A manutenção deve atender a todas as exigências da Portaria nº 5, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de 4 de janeiro de 2011, que trata do Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio; à norma técnica brasileira de inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio, NBR 12962; e a Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar e demais legislações em vigor e atualizadas;

9.3. Para fins de melhor entendimento, assim considerem-se:

9.3.1. **Recarga** é a reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente;

9.3.2. **Manutenção** é o exame completo do extintor, com a finalidade de manter suas características originais de operação para proporcionar um nível adequado de confiança, de que funcionará efetivamente com segurança. Inclui qualquer reparo ou substituição que seja necessário, podendo



ainda revelar a necessidade de substituição ou recarga do agente extintor ou do ensaio de teste hidrostático;

**9.3.3. Manutenção de 2º Nível** - de caráter preventivo e corretivo. Requer a desmontagem completa do extintor, limpeza de todos os componentes, inspeção das roscas e partes internas, realização de ensaios nos componentes, execução de recarga e pressurização, colocação do anel, trava e lacre, fixação do Selo de Identificação da Conformidade, da etiqueta de garantia e do quadro de instruções;

**9.3.4. Manutenção de 3º Nível** - processo em que se aplica a revisão total do extintor de incêndio, incluindo o ensaio hidrostático. A contar da data de fabricação ou da realização do último ensaio hidrostático, a cada 5 anos o extintor deverá passar pela manutenção de terceiro nível, ensaio hidrostático. Este intervalo de cinco anos deverá ser interrompido caso não seja possível identificar quando se deu o último ensaio hidrostático, ou quando o extintor for submetido a danos térmicos ou mecânicos, devendo passar imediatamente pelo ensaio hidrostático.

9.4. A empresa contratada deverá realizar manutenção de **2º Nível** nos extintores, conforme demanda;

9.4.1. Para todos os extintores de incêndio submetidos a esta manutenção, caso necessário, a Contratada deverá realizar a substituição das peças, partes de peças e todo o material necessário para o completo e perfeito funcionamento dos mesmos, sem nenhum ônus adicional para o Contratante;

9.4.2. Nos casos em que a legislação em vigor facultar a substituição do agente extintor dos extintores de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), a Contratada deverá realizar a manutenção de 1º nível, que será considerada para todos os fins equivalente ao serviço de manutenção de 2º nível.

9.4.3. A manutenção de **2º Nível** consiste em:

- a) desmontagem completa do extintor;
- b) verificação da carga;
- c) limpeza de todos os componentes;
- d) controle de rosca visual, sendo rejeitadas as que apresentarem um dos eventos:
  - crista danificada;
  - falhas de filetes;
  - francos desgastados.
- e) verificação das partes internas e externas, quanto à existência de danos ou corrosão;
- f) substituição de componentes, quando necessário, por outros originais;
- g) regulagem das válvulas de alívio e/ou reguladora de pressão, quando houver;
- h) verificação do indicador de pressão;
- i) fixação dos componentes roscados (exceto roscas cônicas) com torque recomendado pelo fabricante, no mínimo para as válvulas de descarga, bujão de segurança e tampa;
- j) pintura conforme o padrão estabelecido na NBR 7195 e alterações e colocação do quadro de instruções, quando necessário;
- l) verificação da existência de vazamento;
- m) colocação do lacre, identificando o executor;
- n) exame visual dos componentes de materiais plásticos, com o auxílio de lupa com aumento de pelo menos 2,5 vezes, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras.
- o) verificação e manutenção de outros aspectos que mesmo não explícitos neste documento, sejam imprescindíveis para a perfeita manutenção do extintor.
- p) A recarga deverá observar o seguinte:
  - p.1) A recarga deve ser efetuada considerando-se as condições de preservação e manuseio do agente extintor recomendadas pelo fabricante;
  - p.2) Não são permitidas a substituição do tipo de agente extintor ou do gás expelente nem a alteração das pressões ou quantidades indicadas pelo fabricante;
  - p.3) O agente extintor utilizado na recarga deve ser certificado de acordo com as normas pertinentes;
  - p.4) Somente para os extintores de incêndio com capacidade extintora declarada originalmente pelo fabricante, devem ser mantidos os graus e informados no quadro de instruções;



p.5) verificação de outros aspectos que mesmo não explícitos neste documento, sejam imprescindíveis para a perfeita recarga do extintor.

9.4.4. A primeira manutenção (extintores novos) de 2º Nível, desde que o extintor não tenha sido utilizado e não esteja submetido a condições adversas ou severas, deverá ser executada após 12 meses da data de sua fabricação, ou ao final da garantia dada pelo fabricante, o que for maior;

9.4.5. Para os extintores usados a manutenção de 2º Nível deverá ocorrer a cada 12 meses, contados a partir da última manutenção. Este intervalo poderá ser reduzido se estiver submetido a condições severas ou adversas, ou ainda se for indicado por uma inspeção técnica, após autorização do Ifap;

9.4.6. Para extintores de Dióxido de Carbono – CO<sub>2</sub> a inspeção técnica deverá ser realizada de 6 em 6 meses. Ficando a critério e responsabilidade da empresa de manutenção a realização da recarga a cada 12 meses, respeitando o prazo máximo de 5 (cinco) anos para a recarga, atendendo também os demais critérios definidos no RTQ (Exceção para os extintores de Dióxido de Carbono CO<sub>2</sub> quando a empresa optar por revalidar a manutenção que neste caso trocará somente a etiqueta de garantia do serviço). Nestes casos, deverá ser realizada manutenção de 1º Nível, conforme subitem 9.4.2.

9.4.7. Nos termos de legislação específica, após o extintor de incêndio ser submetido à manutenção, o selo de conformidade é substituído por um selo de cor azul esverdeada (observada possível alteração), contendo as inscrições:

- a) a logomarca do Inmetro;
- b) o número de série do selo;
- c) a identificação da empresa que realizou a manutenção;
- d) a data da realização da manutenção;

9.4.8. O extintor de incêndio que passou por manutenção deverá apresentar um anel de plástico entre a válvula e o cilindro, com identificação da empresa que realizou a manutenção, e o ano em que o serviço foi realizado.

9.5. A empresa contratada deverá realizar manutenção de **3º Nível** nos extintores, conforme demanda;

9.5.1. A manutenção de 3º nível será efetuada nos extintores com mais de 5 (cinco) anos a partir de sua data de fabricação, ou da última vistoria, ou ainda quando apresentarem corrosão no recipiente, conforme determina a NBR 12962:2016 e legislação pertinente;

9.5.2. Caso não seja possível identificar em algum extintor quando se deu a última manutenção de 3º nível, ou quando esteve submetido a danos térmicos ou mecânicos, tal unidade deverá passar imediatamente por esta manutenção;

9.5.3. A manutenção de **3º Nível** consiste em:

a) Na revisão total do extintor (manutenção de 2º nível), incluindo a realização dos seguintes procedimentos:

- a1) Ensaio pneumático dos indicadores de pressão;
- a2) Ensaio pneumático de vazamento da válvula de descarga;
- a3) Regulagem da válvula de alívio, quando de pressurização indireta;
- a4) Ensaio hidrostático da válvula de descarga;
- a5) Ensaio hidrostático do recipiente ou cilindro.

9.5.4. A recarga dos cilindros submetidos a esta manutenção será executada desde que aprovados os recipientes;

9.5.5. Os extintores reprovados durante a manutenção deverão ser encaminhados às Unidades Demandantes devidamente identificados e com laudo específico, sendo assegurado à Contratada apenas o pagamento relativo a este teste.

9.6. O **fornecimento e colocação de suportes** consiste em:

9.6.1 Quando da existência de extintores não fixados em parede ou, na impossibilidade desta fixação, estando colocados diretamente sobre o piso, ou ainda pela existência de suportes danificados, a Contratada deverá providenciar o fornecimento e a instalação do suporte adequado (suporte de

parede ou suporte de piso);

9.6.2. As características, locais e altura da instalação dos suportes deverão seguir o recomendado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

9.7. A **Sinalização** consiste em:

9.7.1. Quando da falta de sinalização em locais onde houver extintores portáteis instalados, a Contratada deverá providenciar a sinalização apropriada dos equipamentos;

9.7.2. A sinalização consistirá em identificar o tipo de equipamento com placa instalada imediatamente acima do equipamento e com demarcação no piso, ambos com efeito fotoluminescente;

9.7.3. A sinalização no piso deverá ser implantada com fita adesiva, exceto nas garagens, subsolos, depósitos e locais de grande circulação de materiais, onde deverá ser implantada por meio de pintura;

9.7.4. Os locais, tipo de material a ser utilizado e demais características de implantação da sinalização deverão seguir a recomendação do Corpo de Bombeiros Militar, observada a NBR 13434.

9.8. Os serviços deverão ser realizados por pessoal qualificado, respeitadas as normas técnicas estabelecidas pela ABNT;

9.9. Quanto ao **fornecimento e instalação dos cilindros novos**, estes extintores deverão ter validade mínima de 05 (cinco) anos e sua carga deverá ter a validade de 01 (um) ano a contar da data da entrega;

9.10. A Contratada deverá prestar assistência técnica nas dependências dos Campi participantes da contratação, e não sendo possível sanar o defeito no local em que se encontra, retirá-lo para conserto externo, repondo por outro de mesmas características, sem qualquer ônus, inclusive de frete;

9.11. A Contratada deverá refazer, sem ônus para o Ifap, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, quando outro não for acordado, contado a partir da comunicação, a recarga/manutenção recusada em função de má qualidade e/ou inobservância das especificações técnicas;

9.12. A Contratada deverá utilizar sempre as melhores técnicas e materiais adequados para a execução da recarga, e encaminhar planilha das recargas executadas especificando as peças de reposição e/ou equipamentos;

9.13. Efetuar a entrega dos extintores lacrados, indicando nos corpos dos mesmos as recargas executadas e o prazo para a próxima recarga, colocando o Selo de Identificação da Certificação nos anéis de identificação externa, instalados entre a válvula e o cilindro do extintor e/ou de acordo com especificação do INMETRO;

9.14. Os equipamentos que por ventura não tiverem condições de serem recarregados, deverão ser restituídos com o respectivo laudo explicitando os motivos pelo qual não pode ser recarregado;

9.15. Os extintores recolhidos deverão ser os mesmos a retornarem para o Ifap, não sendo possível, em hipótese alguma, a troca de extintores;

9.16. Em caso de avaria em alguma peça do equipamento, que impeça a execução do objeto, tal implemento deverá ser devolvido ao Ifap nas mesmas condições em que foi retirado, sem custos para o Instituto;

9.17. Da garantia técnica:

9.17.1. A empresa Contratada deverá prestar garantia à recarga e manutenção de **2º Nível** executada, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo;

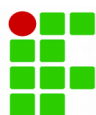
9.17.2. Deverá ainda prestar garantia à manutenção de **3º Nível** executada, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do recebimento definitivo;

9.17.3. Para o fornecimento de extintores novos, estes deverão ter garantia mínima de 05 (cinco) anos e sua carga deverá ter a garantia de 01 (um) ano a contar do recebimento definitivo;

9.17.4. Para os demais itens de materiais de consumo desta contratação deverá ser observada a garantia estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

9.18. Documentos complementares para habilitação:

9.18.1. A empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação exigido no Edital, os seguintes comprovantes:



a) Possuir registro de Declaração de Conformidade do Fornecedor no INMETRO, nos termos da Portaria n.º 206, de 16 de maio de 2011, habilitando-a a executar todos os serviços de manutenção previstos neste documento, sendo que, para fins de contratação, será efetuada consulta ao sítio do referido Órgão, no endereço <http://www.inmetro.gov.br/registros/>;

#### 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A gestão do contrato será realizada pelo gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso;

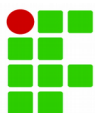
10.2. A comunicação a ser estabelecida entre o Ifap e a Contratada será por meio eletrônico, observada a velocidade e eficiência da comunicação, salvo outra forma, que por força de legislação específica ou por conveniência da Administração seja necessária;

10.3. Salvo outro critério de medição de resultado a ser utilizado pela fiscalização de contrato, os serviços e produtos da Contratada serão avaliados por meio de 2 (dois) indicadores de qualidade: **1 – Pontualidade no cumprimento dos prazos de agendamento e execução dos serviços contratados, e, 2 – Bens e materiais entregues nas mesmas condições de quando retirados na origem;**

10.4. A avaliação de cada indicador resulta na atribuição de pontos de qualidade. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade, cuja diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços, observado abaixo:

Indicador	
<b>Nº. 1 – Pontualidade no cumprimento dos prazos de agendamento e execução dos serviços contratados. (0, 90, 0,95 ou 1,00 ponto)</b>	
Finalidade	Garantia que os serviços contratados sejam realizados nos prazos previstos no contrato
Meta a cumprir	100% dos serviços requeridos executados nos prazos estabelecidos no Termo de referência.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados emitidos pela fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor/equipe da Contratante, responsável pelo acompanhamento/controle da execução dos serviços
Periodicidade	Por evento, a cada serviço previsto em ordem de serviço específica.
Mecanismo de Cálculo	O valor a ser pago será do serviço executado pelo fator:  Valor (R\$)= valor do serviço executado x Fator <ul style="list-style-type: none"><li>Fator = 1,00 – se os serviços foram concluídos no prazo estabelecido;</li><li>Fator = 0,95 – se os serviços, em parte, forem concluídos fora do prazo;</li><li>Fator = 0,90 – se o total dos serviços forem concluídos fora do prazo;</li></ul>
Início de Vigência	A partir do recebimento da ordem de serviço pela Contratada
Faixas de ajustes de pagamento	Averiguação serviço a serviço, em todos os serviços constantes da ordem de serviço: <ul style="list-style-type: none"><li>Se o fator for = a 1,00 – corresponde a 100% do valor da Nota fiscal apresentada;</li><li>Se o fator for = a 0,95 – corresponde a 95% do valor da Nota fiscal apresentada;</li><li>Se o fator for = a 0,90 – corresponde a 90% do valor da Nota fiscal apresentada.</li></ul>
Sanções	Conforme item 21 deste termo de referência
Observações	-

Indicador	
<b>Nº. 2 – Bens e materiais entregues nas mesmas condições de quando retirados na origem (0, 80, 0,90 ou 1,00 ponto)</b>	
Finalidade	Garantia de que os bens e materiais sejam entregues no destino nas mesmas condições estruturais de como foram retirados na origem



Meta a cumprir	100% dos bens e materiais entregues em perfeição
Instrumento de medição	Planilha de controle com os dados das condições dos materiais na origem, e análise e vistoria dos bens no destino
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor/equipe da Contratante, responsável pelo acompanhamento/controle da execução dos serviços
Periodicidade	Por evento, a cada serviço previsto em ordem de serviço específica.
Mecanismo de Cálculo	O valor a ser pago será do serviço executado pelo fator:  Valor (R\$) = valor do serviço executado x Fator <ul style="list-style-type: none"><li>Fator = 1,00 – se os bens foram entregues em seu perfeito estado, conforme quando retirados na origem;</li><li>Fator = 0,90 – se os bens, em parte, foram entregues em seu perfeito estado, tendo ocorrido pequeno dano, quase que imperceptível, não comprometedor da funcionalidade\utilidade do material (ex.: risco na pintura, estrutura com amasso). Obs.: Poderá vir a ser aplicada penalidade por dano material, a critério da Administração;</li><li>Fator = 0,80 – se os bens tiveram danos perceptíveis e que comprometeram a funcionalidade\utilidade do material (observada a penalidade por dano material que terá que ser aplicada).</li></ul>
Início de Vigência	A partir do recebimento da ordem de serviço pela Contratada
Faixas de ajustes de pagamento	Averiguação serviço a serviço, em todos os serviços constantes da ordem de serviço: <ul style="list-style-type: none"><li>Se o fator for = a 1,00 – corresponde a 100% do valor da Nota fiscal apresentada;</li><li>Se o fator for = a 0,90 – corresponde a 90% do valor da Nota fiscal apresentada;</li><li>Se o fator for = a 0,80 – corresponde a 80% do valor da Nota fiscal apresentada.</li></ul>
Sanções	Conforme item 20 deste termo de referência
Observações	-

10.5. A verificação do cumprimento ou não do IMR ou instrumento similar será acompanhado pelo Gestor do contrato de cada Unidade Administrativa;

10.6. O não cumprimento das metas previstas no IMR ou instrumento similar gerará um abatimento, nos percentuais previstos sobre o valor total da nota fiscal apresentada pela Contratada, que será glósado pelo Contratante;

10.7. O Gestor do contrato observará o cumprimento ou não do IMR ou instrumento similar, promovendo e apontando as adequações necessárias, implicando em redução do valor a ser pago caso não seja cumprido, ou devidamente justificado e aceito, o cronograma de prestação de serviços pela Contratada;

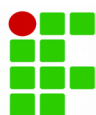
10.8. A empresa deverá ser comunicada para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto, se for o caso.

## **11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

11.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades informadas neste termo de referência, bem como aqueles que mesmo não listados, sejam imprescindíveis para o serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

## **12. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

12.1. A execução dos serviços será iniciada a contar da assinatura do Contrato, sendo que os serviços serão solicitados, conforme necessidade, por meio de emissão de nota de empenho e/ou ordem de serviço, a qual será enviada à Contratada por servidor competente. O contrato terá vigência contratual



de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses.

12.2. A execução das Ordens de Serviço deverá ocorrer nos seguintes prazos, quando outro não for acordado entre as partes:

12.2.1. até 10 (dez) dias corridos para a prestação de serviços de manutenção de 2º nível. Sendo que o prazo para correção de serviços incorretos não poderá ser superior ao prazo do serviço principal;

12.2.2. até 20 (vinte) dias corridos para a prestação de serviços de manutenção de 3º nível. Sendo que o prazo para correção de serviços incorretos não poderá ser superior ao prazo do serviço principal;

12.2.3. até 15 (quinze) dias corridos para entrega dos extintores novos e demais materiais desta contratação. Sendo que o prazo para possível nova entrega em virtude de material incorreto/danificado não poderá ser superior ao prazo da entrega principal.

### 13. DA VISTORIA

13.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h30min às 11h e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail [delic.reitoria@ifap.edu.br](mailto:delic.reitoria@ifap.edu.br) (obs.: quando tratar-se de vistoria em órgão participante, o contato para agendamento será informado pelo órgão gerenciador), podendo sua realização ser comprovada por:

13.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou

13.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade);

13.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

13.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

### 14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

#### 14.1. Da Ata de Registro de Preços:

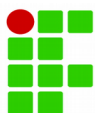
14.1.1. A vigência da Ata de Registro de Preços, proveniente desta compra não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;

14.1.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, o IFAP não será obrigado a fazer a contratação dos serviços com a empresa assinante da ata, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições;

#### 14.2. Do Contrato:

14.2.1. Considerando a(s) unidade(s) demandante(s) da presente contratação, será(ão) formalizado(s) contrato(s), quando necessário, conforme informações abaixo:

UNIDADE DEMANDANTE	UASG	CNPJ
REITORIA (ÓRGÃO GERENCIADOR)	158150	010.820.882/0001-95
CAMPUS MACAPÁ E OIAPOQUE	158159	010.820.882/0002-76



CAMPUS SANTANA	155592	010.820.882/0004-38
CAMPUS LARANJAL DO JARI	158160	010.820.882/0003-57
CAMPUS PORTO GRANDE	155941	010.820.882/0006-08

14.3. Cabe à Unidade Demandante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, quando for o caso.

#### **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

15.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

15.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

15.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

15.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

15.6.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

15.6.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

15.6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

15.6.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

15.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

#### **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de



fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

16.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

16.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

16.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

16.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

16.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

16.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

16.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

16.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

16.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

16.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação

original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **19. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

19.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

19.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

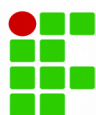
19.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

19.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

19.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

19.12. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

19.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;



19.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

19.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

19.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

19.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratada ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **20. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;

20.2. No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

20.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

20.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

20.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

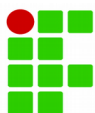
20.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

20.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

20.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

20.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



20.4.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

20.5. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

20.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

20.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

20.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

20.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

20.7. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto;

20.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

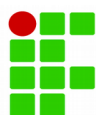
21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**21.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**21.2.2. Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e**

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

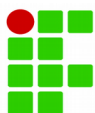
Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

21.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

21.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL**

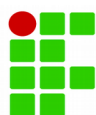
22.1. O licitante deverá apresentar a sua proposta final, com as seguintes informações:

22.1.1. Especificação dos serviços a serem prestados, detalhando de forma clara, todas as informações;

22.1.2. O correio eletrônico, número de telefone e contato do responsável pela proposta, para realização dos chamados;

22.1.3. Todas as especificações do serviço ofertado devem estar de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, inclusive preços unitários e preço total;

22.1.4. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como, também, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações;



22.1.5. A proposta deverá incluir informações de atendimento aos padrões de sustentabilidade, quando necessários, conforme estabelecido neste Termo de Referência;

22.1.6. Prazo de validade da proposta devendo ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos.

### 23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. A dotação orçamentária será de acordo com a Unidade Gestora da(s) respectiva(s) Unidade(s) Demandante(s) que emitirá as Notas de Empenho, conforme quadros abaixo:

UNIDADE GESTORA	UASG
REITORIA	158150
CAMPUS MACAPÁ E AVANÇADO OIAPOQUE	158159
CAMPUS SANTANA	155592
CAMPUS PORTO GRANDE	155941
CAMPUS LARANJAL DO JARI	158160

ITENS	NATUREZA DE DESPESA E SUBITEM	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE
1; 3; 11; 15	44.90.52-24	108908	8100
13;14	33.90.30-44	108908	8100
2; 4-10; 12	33.90.39-17	108908	8100

### 24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

24.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

24.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

24.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

24.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

24.4.1. o prazo de validade;

24.4.2. a data da emissão;

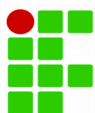
24.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

24.4.4. o período de prestação dos serviços;

24.4.5. o valor a pagar; e

24.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

24.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



24.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

24.6.1. não produziu os resultados acordados;

24.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

24.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

24.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

24.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

24.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

24.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

24.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

24.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

24.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

24.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

24.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

**24.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;**

24.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

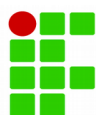
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{100} \quad I = 0,00016438$$



365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Havendo divergência entre a especificação do serviço constante no Termo de Referência e a descrição contida no cadastro do COMPRASNET, prevalece a especificação do Termo de Referência;

25.2. Nos casos em que houver prestação do serviço com fornecimento de materiais/peças/acessórios, em todos os materiais deverão constar, em suas embalagens, descrições e especificações na língua portuguesa, ou apresentar rótulo com as mesmas características.

RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA	APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
<p>ANA PAULA ALMEIDA CHAVES Chefe do DEPLAN Portaria nº 2009/2018/GR/IFAP</p>	<p>( ) Aprovo e autorizo abertura de Processo de Licitação ( ) Não aprovo</p> <p>MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA Reitora do IFAP</p>

## **ANEXO I – A**

### **PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS CAMPI DO IFAP, TAIS: MACAPÁ, SANTANA, PORTO GRANDE E AVANÇADO OIAPOQUE**

#### **Introdução**

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que servirá essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recarga e manutenção de extintores portáteis (manutenção de 2º e 3º níveis), fornecimento de extintores novos, bem como sinalização e colocação de suportes nos locais destinados aos mesmos, incluindo o fornecimento e reposição de peças e acessórios, em atendimento às necessidades dos Campi do Ifap, tais: Macapá, Santana, Porto Grande e Avançado Oiapoque.

O conteúdo deste documento baseia-se nas exigências constantes no art. 24 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em conformidade com a lei, o presente serviço é comum. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

As últimas contratações do Ifap para este serviço foram realizadas por meio da modalidade de pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços, e obteve-se êxito nos procedimentos e resultados, e o objeto foi atendido, conforme a necessidade do Instituto.

#### **Equipe de Planejamento da Contratação**

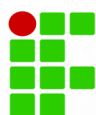
Integram a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável pela elaboração deste Plano de Estudo Preliminar e pelo Gerenciamento dos Riscos da Contratação, nomeados pela Portaria 357/2018/GR/IFAP, os servidores abaixo listados:

15. Rafael Costa de Souza
16. Raphael Marques Barros
17. Yan Fernando Maciel de Franca

#### **1. Identificação da necessidade da Contratação (art. 24, § 1º, I, e anexo III da IN 05/2017)**

A Reitoria do Ifap é o órgão gerenciador desta contratação, e são participantes os Campi: Macapá, Santana, Porto Grande e Avançado Oiapoque.

Extintores de incêndio são equipamentos para pronto emprego em incêndios incipientes, com limitação operacional derivada de sua carga útil e possuem uma longevidade diretamente ligada com a manutenção e correta utilização. O item de segurança reputa-se como essencial, mas como todo cilindro submetido à pressão, os extintores de incêndio estão sujeitos a uma possível ruptura na carcaça. Esse fato torna a manutenção periódica preponderante para a sua correta utilização e



segurança do operador. Considerando que todos os equipamentos de proteção contra incêndio devem ser permanentemente mantidos em rigoroso estado de conservação e funcionamento; assim, a recarga e manutenção dos extintores só devem ser feitas por empresas certificadas e credenciadas pelo INMETRO, bem como seguir as instruções de segurança do Corpo de Bombeiros Militar – CBM.

Além de atender às normas legais, faz-se necessário a contratação dos serviços de recarga e manutenção pelo fato de que em caso de incêndio, a segurança do patrimônio deste Ifap, de servidores e de terceiros que nele transitam, será feita, inicialmente, por meio de extintores de incêndio dos seguintes tipos: com carga de pó químico seco (PQS), classes BC e ABC, 4Kg e 6 Kg; com carga de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), 6 Kg; com carga de água pressurizada (AP), 10 L e 15Kg.

Tais extintores necessitam de manutenção, recarga anual e teste hidrostático quando transcorrerem os prazos respectivos de recarga/validade ou quando forem utilizados.

Em relação aos materiais acessórios desta contratação, é importante mencionar que em alguns locais, não há placa de sinalização nem tampouco identificação no piso e, em outros, os extintores não se encontram devidamente acondicionados, sendo necessária a colocação de suportes de parede/piso, adequando-se às normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Cada Unidade apresentou sua justificativa, por meio da inclusão de seus pedidos via Siscomp.

Os Campi Macapá, Santana, Porto Grande e Avançado Oiapoque justificam suas demandas em virtude da necessidade de se manter os extintores de incêndio em condições de utilização, em cumprimento às normas de segurança e proteção. Para isso, há a necessidade dos equipamentos de proteção e combate a incêndios estarem sempre em perfeitas condições de funcionamento, o que exige manutenção ordinária anual e extraordinária quando de avarias a qualquer tempo, além das recargas e inspeções técnicas. Mencionam ainda que a manutenção e recarga é imprescindível para garantir a integridade física dos usuários do serviço público, servidores, colaboradores, alunos e demais pessoas (público flutuante), assim como do patrimônio público, evitando os danos que porventura advenham de incêndio.

A escolha pelo sistema de registro de preços se dá em virtude da rotatividade e desuso de equipamentos ao longo do ano, não sendo prudente a contratação de quantidades fechadas sob o risco de realizar aquisição aquém da necessidade dentro do exercício financeiro. O SRP também é um instrumento eficaz de controle de gastos uma vez que a administração não é obrigada a contratar os itens registrados, o que lhe garante autonomia na contenção de gastos.

O levantamento do quantitativo estimado levou em conta a análise de contratações anteriores, o que foi suficiente para atendimento das necessidades da Instituição, bem como a fase de crescimento e expansão vivenciada pelo Órgão. E deve-se ainda considerar o fato de inauguração de novos Campi, especialmente Santana, Porto Grande e Avançado Oiapoque, os quais solicitam a maioria dos itens desta contratação pela primeira vez. Em anexo consta a planilha de contratações anteriores realizadas pelos Campi Macapá e Laranjal, em que todos os itens foram empenhados. Os quantitativos totais desta contratação constam em cada Solicitação de Contratação de Serviço – SCS dos Campi, constantes no processo.

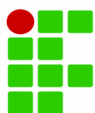
## **2. Referência aos instrumentos de planejamento do órgão, se houver (art. 24, § 1º, II, e Anexo III da IN 05/2017)**

A contratação do serviço proposto encontra amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) do Ifap, no âmbito das estratégias e metodologias das áreas meio, item 2.1.2, conforme abaixo:

*1. Promover melhorias no desenvolvimento das atividades administrativas e nas políticas de conservação de seus bens móveis e imóveis, buscando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade na prestação de serviços.*

## **3. Requisitos da contratação (art. 24, § 1º, III, e anexo III da IN 05/2017)**

3.1. Esta contratação trata-se de serviços prestados de forma continuada, os quais são aqueles que,



pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93, Instrução Normativa SEGES/MPOG n. 5, de 2017, no Edital, na sua Proposta Comercial e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes;

3.2. A manutenção deve atender a todas as exigências da Portaria nº 5, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de 4 de janeiro de 2011, que trata do Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio; à norma técnica brasileira de inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio, NBR 12962; e a Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar e demais legislações em vigor e atualizadas;

3.3. Para fins de melhor entendimento, assim considerem-se:

- a) **Recarga** é a reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente;
- b) **Manutenção** é o exame completo do extintor, com a finalidade de manter suas características originais de operação para proporcionar um nível adequado de confiança, de que irá funcionar efetivamente com segurança. Inclui qualquer reparo ou substituição que seja necessário, podendo ainda revelar a necessidade de substituição ou recarga do agente extintor ou do ensaio de teste hidrostático;
- c) **Manutenção de 2º Nível** - de caráter preventivo e corretivo. Requer a desmontagem completa do extintor, limpeza de todos os componentes, inspeção das roscas e partes internas, realização de ensaios nos componentes, execução de recarga e pressurização, colocação do anel, trava e lacre, fixação do Selo de Identificação da Conformidade, da etiqueta de garantia e do quadro de instruções;
- d) **Manutenção de 3º Nível** - processo em que se aplica a revisão total do extintor de incêndio, incluindo o ensaio hidrostático. A contar da data de fabricação ou da realização do último ensaio hidrostático, a cada 5 anos o extintor deverá passar pela manutenção de terceiro nível, ensaio hidrostático. Este intervalo de cinco anos deverá ser interrompido caso não seja possível identificar quando se deu o último ensaio hidrostático, ou quando o extintor for submetido a danos térmicos ou mecânicos, devendo passar imediatamente pelo ensaio hidrostático.

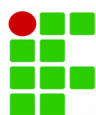
3.4. A empresa contratada deverá realizar manutenção de **2º Nível** nos extintores, conforme demanda;

3.4.1. Para todos os extintores de incêndio submetidos a esta manutenção, caso necessário, a Contratada deverá realizar a substituição das peças, partes de peças e todo o material necessário para o completo e perfeito funcionamento dos mesmos, sem nenhum ônus adicional para o Contratante.

3.4.2. Nos casos em que a legislação em vigor facultar a substituição do agente extintor dos extintores de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), a Contratada deverá realizar a manutenção de 1º nível, que será considerada para todos os fins equivalente ao serviço de manutenção de 2º nível.

3.4.3. A manutenção de **2º Nível** consiste em:

- a) desmontagem completa do extintor;
- b) verificação da carga;
- c) limpeza de todos os componentes;
- d) controle de rosca visual, sendo rejeitadas as que apresentarem um dos eventos:
  - crista danificada;
  - falhas de filetes;
  - francos desgastados.
- e) verificação das partes internas e externas, quanto à existência de danos ou corrosão;
- f) substituição de componentes, quando necessária, por outros originais;
- g) regulação das válvulas de alívio e/ou reguladora de pressão, quando houver;
- h) verificação do indicador de pressão;



- i) fixação dos componentes roscados (exceto roscas cônicas) com torque recomendado pelo fabricante, no mínimo para as válvulas de descarga, bujão de segurança e tampa;
- j) pintura conforme o padrão estabelecido na NBR 7195 e alterações e colocação do quadro de instruções, quando necessário;
- l) verificação da existência de vazamento;
- m) colocação do lacre, identificando o executor;
- n) exame visual dos componentes de materiais plásticos, com o auxílio de lupa com aumento de pelo menos 2,5 vezes, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras.
- o) verificação e manutenção de outros aspectos que mesmo não explícitos neste documento, sejam imprescindíveis para a perfeita manutenção do extintor.
- p) A recarga deverá observar o seguinte:
  - p1) A recarga deve ser efetuada considerando-se as condições de preservação e manuseio do agente extintor recomendadas pelo fabricante;
  - p2) Não são permitidas a substituição do tipo de agente extintor ou do gás expelente nem a alteração das pressões ou quantidades indicadas pelo fabricante;
  - p3) O agente extintor utilizado na recarga deve ser certificado de acordo com as normas pertinentes;
  - p4) Somente para os extintores de incêndio com capacidade extintora declarada originalmente pelo fabricante, devem ser mantidos os graus e informados no quadro de instruções;
  - p5) verificação de outros aspectos que mesmo não explícitos neste documento, sejam imprescindíveis para a perfeita recarga do extintor.

3.4.4. A primeira manutenção (extintores novos) de 2º Nível, desde que o extintor não tenha sido utilizado e não esteja submetido a condições adversas ou severas, deverá ser executada após 12 meses da data de sua fabricação, ou ao final da garantia dada pelo fabricante, o que for maior;

3.4.5. Para os extintores usados a manutenção de 2º Nível deverá ocorrer a cada 12 meses, contados a partir da última manutenção. Este intervalo poderá ser reduzido se estiver submetido a condições severas ou adversas, ou ainda se for indicado por uma inspeção técnica, após autorização do Ifap;

3.4.6. Para extintores de Dióxido de Carbono – CO<sub>2</sub> a inspeção técnica deverá ser realizada de 6 em 6 meses. Ficando a critério e responsabilidade da empresa de manutenção a realização da recarga a cada 12 meses, respeitando o prazo máximo de 5 (cinco) anos para a recarga, atendendo também os demais critérios definidos no RTQ (Exceção para os extintores de Dióxido de Carbono CO<sub>2</sub> quando a empresa optar por revalidar a manutenção que neste caso trocará somente a etiqueta de garantia do serviço). Nestes casos, deverá ser realizada manutenção de 1º Nível, conforme subitem 3.4.2.

3.4.7. Nos termos de legislação específica, após o extintor de incêndio ser submetido à manutenção, o selo de conformidade é substituído por um selo de cor azul esverdeada (observada possível alteração), contendo as inscrições:

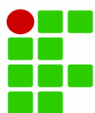
- a) a logomarca do Inmetro;
- b) o número de série do selo;
- c) a identificação da empresa que realizou a manutenção;
- d) a data da realização da manutenção;

3.4.8. O extintor de incêndio que passou por manutenção deverá apresentar um anel de plástico entre a válvula e o cilindro, com identificação da empresa que realizou a manutenção, e o ano em que o serviço foi realizado.

3.5. A empresa contratada deverá realizar manutenção de **3º Nível** nos extintores, conforme demanda;

3.5.1. A manutenção de 3º nível será efetuada nos extintores com mais de 5 (cinco) anos a partir de sua data de fabricação, ou da última vistoria, ou ainda quando apresentarem corrosão no recipiente, conforme determina a NBR 12962:2016 e legislação pertinente;

3.5.2. Caso não seja possível identificar em algum extintor quando se deu a última manutenção de 3º nível, ou quando esteve submetido a danos térmicos ou mecânicos, tal unidade deverá passar imediatamente por esta manutenção;



3.5.3. A manutenção de **3º Nível** consiste em:

a) Na revisão total do extintor (manutenção de 2º nível), incluindo a realização dos seguintes procedimentos:

- a1) Ensaio pneumático dos indicadores de pressão;
- a2) Ensaio pneumático de vazamento da válvula de descarga;
- a3) Regulagem da válvula de alívio, quando de pressurização indireta;
- a4) Ensaio hidrostático da válvula de descarga;
- a5) Ensaio hidrostático do recipiente ou cilindro.

3.5.4. A recarga dos cilindros submetidos a esta manutenção será executada desde que aprovados os recipientes;

3.5.5. Os extintores reprovados durante a manutenção deverão ser encaminhados ao Núcleo de Segurança Institucional e Prevenção a Incêndios (ou outro Órgão competente) devidamente identificados e com laudo específico, sendo assegurado à Contratada apenas o pagamento relativo a este teste.

3.6. A Colocação de suportes consiste em:

3.6.1 Quando da existência de extintores não fixados em parede ou, na impossibilidade desta fixação, estando colocados diretamente sobre o piso, a Contratada deverá providenciar a instalação do suporte adequado (suporte de parede ou suporte de piso);

3.6.2. As características, locais e altura da instalação dos suportes deverão seguir o recomendado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

3.7. A Sinalização consiste em:

3.7.1. Quando da falta de sinalização em locais onde houver extintores portáteis instalados, a Contratada deverá providenciar a sinalização apropriada dos equipamentos;

3.7.2. A sinalização consistirá em identificar o tipo de equipamento com placa instalada imediatamente acima do equipamento e com demarcação no piso, ambos com efeito fotoluminescente;

3.7.3. A sinalização no piso deverá ser implantada com fita adesiva, exceto nas garagens, subsolos, depósitos e locais de grande circulação de materiais, onde deverá ser implantada por meio de pintura;

3.7.4. Os locais, tipo de material a ser utilizado e demais características de implantação da sinalização deverão seguir a recomendação do Corpo de Bombeiros Militar, observada a NBR 13434.

3.8. Os serviços deverão ser realizados por pessoal qualificado, respeitadas as normas técnicas estabelecidas pela ABNT;

3.9. Quanto ao fornecimento e instalação dos cilindros novos, estes extintores deverão ter validade mínima de 05 (cinco) anos e sua carga deverá ter a validade de 01 (um) ano a contar da data da entrega;

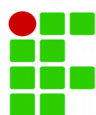
3.10. A Contratada deverá prestar assistência técnica nas dependências dos Campi participantes da contratação, e não sendo possível sanar o defeito no local em que se encontra, retirá-lo para conserto externo, repondo por outro de mesmas características, sem qualquer ônus, inclusive de frete. O prazo de reparo não poderá exceder a 10 dias contados a partir da notificação do fornecedor;

3.11. A Contratada deverá refazer, sem ônus para o Ifap, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir da comunicação, a recarga recusada em função de má qualidade e/ou inobservância das especificações técnicas;

3.12. A Contratada deverá utilizar sempre as melhores técnicas e materiais adequados para a execução da recarga, e encaminhar planilha das recargas executadas especificando as peças de reposição e/ou equipamentos;

3.13. Efetuar a entrega dos extintores lacrados, indicando nos corpos dos mesmos as recargas executadas e o prazo para a próxima recarga, colocando o Selo de Identificação da Certificação nos anéis de identificação externa, instalados entre a válvula e o cilindro do extintor e/ou de acordo com especificação do INMETRO;

3.14. Os equipamentos que por ventura não tiverem condições de serem recarregados, deverão ser



restituídos com o respectivo laudo explicitando os motivos pelo qual não pode ser recarregado;  
3.15. Os extintores recolhidos deverão ser os mesmos a retornarem para o Ifap, não sendo possível, em hipótese alguma, a troca de extintores;

3.16. Em caso de avaria em alguma peça do equipamento, que impeça a execução do objeto, tal implemento deverá ser devolvido ao Ifap nas mesmas condições em que foi retirado, sem custos para o Instituto;

3.17. Da garantia técnica:

3.17.1. A empresa Contratada deverá prestar garantia à recarga executada, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo.

3.18. Documentos complementares para habilitação:

3.18.1. A empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação exigido no Edital, os seguintes comprovantes:

a) Possuir registro de Declaração de Conformidade do Fornecedor no INMETRO, nos termos da Portaria n.º 206, de 16 de maio de 2011, habilitando-a a executar todos os serviços de manutenção previstos neste documento, sendo que, para fins de contratação, será efetuada consulta ao sítio do referido Órgão, no endereço <http://www.inmetro.gov.br/registros/>;

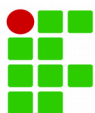
3.19. Diante dos requisitos mínimos acima, após pesquisa de mercado, foi possível identificar a existência de um número significativo de empresas que prestam os serviços recarga/manutenção de extintores de incêndio nestas condições, à exemplo dos fornecedores pesquisados durante a pesquisa de preços, conforme abaixo:

Fornecedor	CNPJ	Total estimado homologado (referência de 1 licitação)
Casa dos Extintores	34.865.808/0002-34	5 serviços
Ednaldo Manoel Maniezo	34.509.060/0001-04	23 serviços
Maria Luzia da Silva	42.142.231/0001-59	30 serviços

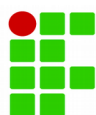
#### 4. Estimativa das Quantidades, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

Abaixo está o detalhamento do quantitativo de serviços solicitados para o serviço, somados os quantitativos do gerenciador e participantes da contratação:

ITEM	CÓDIGO COMPRASNET	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TOTAL ESTIMADA
1	150240	Extintor ABC PQS, 6 KG (Fornecimento e instalação) - Extintor ABC PQS, 6 KG, com fornecimento e instalação de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC PQS, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com todos os materiais necessários	UND	26
2	3662	Extintor, carga de água pressurizada - (Manutenção de 2º nível) – Recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de água pressurizada direta, capacidade 10 l, observada a NBR 11715 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de	SERVIÇO	20



		peças quando necessárias		
3	150240	Extintor CO2, 6 KG (Fornecimento e instalação) - Extintor CO2, 6 KG com fornecimento e instalação de extintor de incêndio com carga de CO2, capacidade 6 kg, observada a NBR 11716 e alterações, com todos os materiais necessários	UND	26
4	3662	Extintor, carga de CO2 - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de CO2, capacidade 6 kg, observada a NBR 11716 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias	SERVIÇO	60
5	3662	Extintor, carga de pó químico ABC, 4 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 4 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	SERVIÇO	18
6	3662	Extintor, carga de pó químico ABC, 6 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	SERVIÇO	118
7	3662	Extintor, carga de pó químico ABC, 6 kg - (Manutenção de 3º nível) – manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	SERVIÇO	75
8	3662	Extintor, carga de pó químico BC, 4 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico BC, capacidade 4 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	SERVIÇO	2
9	3662	Extintor, carga de pó químico BC, 6 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e	SERVIÇO	42



		manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico BC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.		
10	3662	Extintor, tipo A, carga de água pressurizada, 15 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio Tipo A, com carga de água pressurizada, capacidade 15 kg, observada a NBR 11715 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias	SERVIÇO	11
11	3662	Fornecimento e instalação de conjunto de mangueira para combate a incendiário em fibra de poliéster pu ra, com 1.1/2", revestida internamente, com 2 lances de 15m cada.	SERVIÇO	31
12	3662	Inspeção de Hidrante com Realização de teste hidrostático em mangueira de incêndio com emissão de parecer e certificado de inspeção e manutenção de mangueira de incêndio.	SERVIÇO	39
13	63240	Placa de sinalização de extintores e hidrantes - (Fornecimento e instalação) - Placa de sinalização com fornecimento e instalação de placa de sinalização de extintores e hidrantes, andares, rotas de fuga, proibido fumar, risco de incêndio, risco elétrico, advertências, indicação de pavimento, 'aperte e empurre', etc, com efeito fotoluminescente para sinalizar parede e demarcar solo, observada a NBR 13434 e alterações.	UND	243
14	3662	Sinalização de solo (piso) - Sinalização de solo (piso) com pintura para extintores e hidrantes, com fornecimento dos materiais necessários.	SERVIÇO	203
15	40215	Suporte para extintores - (Fornecimento e instalação) - Suporte para extintores, com fornecimento e instalação de suporte universal utilizado para sustentação de extintores na parede e solo, com capacidade de suporte de acordo com extintores tipo Pó 4 Kg e 6 Kg, CO2 6 kg, H2O 15 kg e 10 l, com parafusos e buchas.	UND	65



O quantitativo acima foi baseado conforme a emissão de empenhos de contratos anteriores, tendo sido considerada margem de segurança em virtude da expansão e crescimento das unidades do Ifap.

**5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar (art. 24, § 1º, V, e anexo III da IN 05/2017)**

Considerando a obrigação do IFAP de garantir a segurança dos servidores e preservar o patrimônio da sede desta Autarquia, o serviço de manutenção aqui descrito é essencial, pois objetiva manter os equipamentos em perfeito estado de utilização, aptos a serem usados no combate ao princípio de incêndio, de maneira eficaz e segura.

Assim, há a necessidade de os extintores de incêndio e acessórios estarem sempre em perfeitas condições de funcionamento, o que exige manutenção ordinária semestral ou anual e extraordinária quando de avarias a qualquer tempo.

Por fim, considerando que a estrutura do IFAP está voltada para as rotinas internas, e, ainda, que não dispõe de servidores com perfil profissional suficiente à realização do referido serviço, faz-se necessária tal contratação, observando principalmente o Princípio da Eficiência, como alerta o caput do artigo 37 da Constituição Federal.

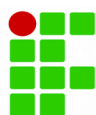
Em consulta junto ao painel de preços do governo federal foi possível identificar como tem sido as ocorrências de licitações para a contratação deste tipo de serviço, e tem sido prática em um significativo número de organizações públicas.

Portanto contratar empresa de recarga/manutenção de extintores, por meio de licitação, com sugestão de modalidade pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços, é a maneira legal e viável para esta contratação. O Registro de preços é adequado, pois esta contratação contempla mais de um Órgão e é um serviço que deverá ser prestado conforme necessidade, dentro da vigência da ata de registro de preços, ou seja, será prestado de forma parcelada. Sendo que a adesão por outros órgãos será admitida pela Administração, e é justificada especialmente pela necessidade de atendimento aos Campi do Ifap que não são participantes no presente processo, uma vez que o Instituto é composto por unidades com Uasg própria, as quais detém de autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Assim, futuramente, aquelas unidades que não foram participantes da licitação poderão ter suas demandas supridas por meio de adesões, e assim manter a padronização almejada e a otimização e sustentabilidade das contratações públicas do órgão.

O objeto a ser licitado foi agrupado em um único grupo, com vistas a manter a padronização dos serviços a serem executados e uma melhor gestão futura do contrato originário do processo licitatório. A possibilidade de se contratar por meio de itens separados inviabilizaria uma gestão adequada, ferindo o princípio Constitucional da Eficiência, uma vez que haveria a possibilidade de surgimento de vários contratos para objetos de grande similaridade, tornando inviável um controle adequado dos mesmos, devido ao grande número de atividades desenvolvidas pelos servidores deste Instituto, bem como a oneração dos custos da Administração na gestão de vários instrumentos contratuais.

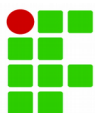
Não poderão participar do certame as empresas que estejam reunidas em consórcio, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresentar alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame. Conforme entendimentos da Corte de Contas, configura-se a discricionariedade da Administração, sem, no entanto, restringir a competitividade, o que ao caso se percebe haja vista o objeto ora contratado não possuir como característica serviços típicos de perfil técnico diferenciado que necessitem a junção de empresas para a perfeita e fiel execução contratual.

**6. Estimativas preliminares dos preços de referência (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)**



Foi realizada pesquisa de mercado e preço conforme o disposto na instrução normativa de pesquisa de preços nº 03/2017 – SLTI/MPOG, e os valores de referência foram os abaixo:

	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TO-TAL	VALOR UNIT. EST.	VALOR TOTAL EST.
1	Extintor ABC PQS, 6 KG (Fornecimento e instalação) - Extintor ABC PQS, 6 KG, com fornecimento e instalação de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC PQS, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com todos os materiais necessários	UNIDADE	26	R\$ 282,67	R\$ 7.349,42
2	Extintor, carga de água pressurizada - (Manutenção de 2º nível) – Recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de água pressurizada direta, capacidade 10 l, observada a NBR 11715 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias	UNIDADE	20	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00
3	Extintor CO2, 6 KG (Fornecimento e instalação) - Extintor CO2, 6 KG com fornecimento e instalação de extintor de incêndio com carga de CO2, capacidade 6 kg, observada a NBR 11716 e alterações, com todos os materiais necessários	UNIDADE	26	R\$ 565,14	R\$ 14.693,64
4	Extintor, carga de CO2 - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de CO2, capacidade 6 kg, observada a NBR 11716 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias	UNIDADE	60	R\$ 89,67	R\$ 5.380,20
5	Extintor, carga de pó químico ABC, 4 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 4 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UNIDADE	18	R\$ 108,67	R\$ 1.956,06
6	Extintor, carga de pó químico ABC, 6 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UNIDADE	118	R\$ 93,00	R\$ 10.974,00
7	Extintor, carga de pó químico ABC, 6 kg - (Manutenção de 3º nível) – manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico ABC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UNIDADE	75	R\$ 93,25	R\$ 6.993,75
8	Extintor, carga de pó químico BC, 4 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico BC, capacidade 4 kg, observada a NBR 10721 e	UNIDADE	2	R\$ 99,30	R\$ 198,60



	alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.				
9	Extintor, carga de pó químico BC, 6 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio com carga de pó químico BC, capacidade 6 kg, observada a NBR 10721 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias.	UNIDADE	42	R\$ 81,63	R\$ 3.428,46
10	Extintor, tipo A, carga de água pressurizada, 15 kg - (Manutenção de 2º nível) – recarga e manutenção de extintor de incêndio Tipo A, com carga de água pressurizada, capacidade 15 kg, observada a NBR 11715 e alterações, com fornecimento de todo material e reposição de peças quando necessárias	UNIDADE	11	R\$ 66,74	R\$ 734,14
11	Fornecimento e instalação de conjunto de mangueira para combate a incendiário em fibra de poliéster pu ra, com 1.1/2", revestida internamente, com 2 lances de 15m cada.	UNIDADE	31	R\$ 425,48	R\$ 13.189,88
12	Inspeção de Hidrante com Realização de teste hidrostático em mangueira de incêndio com emissão de parecer e certificado de inspeção e manutenção de mangueira de incêndio.	UNIDADE	39	R\$ 100,65	R\$ 3.925,35
13	Placa de sinalização de extintores e hidrantes - (Fornecimento e instalação) - Placa de sinalização com fornecimento e instalação de placa de sinalização de extintores e hidrantes, andares, rotas de fuga, proibido fumar, risco de incêndio, risco elétrico, advertências, indicação de pavimento, 'aperte e empurre', etc, com efeito fotoluminescente para sinalizar parede e demarcar solo, observada a NBR 13434 e alterações.	UNIDADE	243	R\$ 35,00	R\$ 8.505,00
14	Sinalização de solo (piso) - Sinalização de solo (piso) com pintura para extintores e hidrantes, com fornecimento dos materiais necessários.	UNIDADE	203	R\$ 46,00	R\$ 9.338,00
15	Suporte para extintores - (Fornecimento e instalação) - Suporte para extintores, com fornecimento e instalação de suporte universal utilizado para sustentação de extintores na parede e solo, com capacidade de suporte de acordo com extintores tipo Pó 4 Kg e 6 Kg, CO2 6 kg, H2O 15 kg e 10 l, com parafusos e buchas.	UNIDADE	65	R\$ 22,03	R\$ 1.431,95
				TOTAL	R\$ 89.378,45

O total estimado para esta contratação foi no valor de **OITENTA E NOVE MI, TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS.**

#### 7. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recarga e manutenção de extintores portáteis (manutenção de 2º e 3º níveis), bem como fornecimento e instalação de extintores novos, além de sinalização de parede e solo, e colocação de suportes nos locais destinados aos cilindros, incluindo o fornecimento e reposição de peças e acessórios, em atendimento às

necessidades dos Campi do Ifap, tais: Macapá, Santana, Porto Grande e Avançado Oiapoque, conforme especificado neste plano de estudos preliminares e futuramente no termo de referência.

#### **8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, quando necessária para individualização do objeto**

A realização de licitação por itens ou lotes, está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93:

*§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.*

O critério de julgamento de “Menor Preço Global” por grupo justifica-se por entender que na prestação do serviço em questão, a divisibilidade total torna o contrato menos vantajoso. A opção do certame licitatório por grupo deve-se também ao fato de necessidade de padronização do presente serviço nas Unidades do IFAP, visto que a não classificação dessa forma poderá implicar na contratação de várias empresas dificultando o gerenciamento e fiscalização pelos demandantes. Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnica e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013), e conforme pesquisa de mercado, existem empresas que prestam o serviço desta contratação em todos os municípios onde estão localizadas as Unidades demandantes deste objeto.

#### **9. Demonstrativos do resultado pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis**

Considerando a obrigação do IFAP de garantir a segurança dos servidores e preservar o patrimônio da sede desta Autarquia, o serviço de manutenção aqui descrito é essencial, pois objetiva manter os equipamentos em perfeito estado de utilização, aptos a serem usados no combate ao princípio de incêndio, de maneira eficaz e segura.

#### **10. Providências para adequação ambiente do Órgão**

Segundo o TCU, este tópico trata-se da ocupação de espaço físico pela contratada, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás para os funcionários da contratada e concessão de perfis de acesso a serviços do órgão).

Desta forma, por meio desta contratação a contratada deverá assegurar os recursos materiais necessários para a execução dos serviços que lhe forem demandados e utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços. Para tanto, o Ifap permitirá o livre acesso das pessoas autorizadas da Contratada, durante o horário a ser estabelecido entre as partes, às dependências do órgão, desde que devidamente identificadas, proporcionando todas as facilidades para que a organização Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas e critérios da contratação.

Além disso, os fiscais designados fornecerão todas as informações necessárias à Contratada quanto aos locais, espaços, datas e horários dos eventos, dentre outras informações imprescindíveis.

#### **11. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não há neste Órgão contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto da presente contratação.

#### **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Rafael Costa de Souza  
Siape: 2330191

Yan Fernando Maciel de Franca  
Siape: 2329882

Raphael Marques Barros  
Siape: 2338162

ANEXO I – B  
MAPA DE RISCO REFERENTE AO PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES  
CONFORME ANEXO IV DA IN Nº 05/2017 – MPOG

### 1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de Contratação.**

A análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

	Matriz de Probabilidade x Impacto				
Probabilidade					
5	5	10	15	20	25
4	4	8	12	16	20
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5
Impacto	1	2	3	4	5

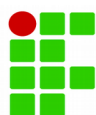
Figura 1: Matriz Probabilidade x Impacto

### FASE DE ANÁLISE

#### ( X ) Planejamento da Contratação

#### 1. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE MERCADO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

<b>Risco 01:</b>	Levantamento de mercado deficiente (quando não se verifica as especificidades da contratação, especialmente relacionado ao rol de atividades a serem executadas bem como o valor mínimo e/ou máximo estimado para o pagamento pelos serviços a serem prestados)	
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar nova instrução de contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de soluções do mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet, e pesquisa junto a fornecedores, e especialmente os valores constantes no painel de preços do MPOG.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável



1.	Realização de curso na área de planejamento da contratação para conhecimento e identificação das fontes de pesquisas para a contratação.	Gestores e Equipe de planejamento
<b>2. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE RESULTADOS ESPERADOS (IN.05/2017 SLTI/MPOG)</b>		
<b>Risco 02:</b>	Definição de resultados subjetivos, <b>levando</b> a dificuldade na análise custo-benefício <b>com consequente</b> contratação que não representa a melhor alocação de recursos na organização	
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Consequente retrabalho para realizar nova instrução de contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	O requisitante deve declarar formalmente os resultados pretendidos nos autos do processo de contratação, de forma clara e objetiva. Quando possível, os resultados devem ser mensuráveis, de modo a haver melhores condições de aferir o alcance dos resultados declarados. Além disso, a Equipe de Planejamento da Contratação deve aprofundar e complementar os requisitos da contratação observada legislação específica, a exemplo da IN n. 05/2017.	Requisitante/Demandante e Equipe de planejamento
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Equipe de planejamento da contratação deve avaliar a possibilidade da contratação alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. Se a equipe de planejamento considerar que os resultados não são realistas, deve negociar com a área requisitante para ajustar as expectativas, planejando, assim, uma contratação viável. Caso a negociação não se mostre eficaz, a equipe de planejamento deve levar o caso às instâncias superiores.	Requisitante/Demandante e Equipe de planejamento e Gestores
<b>3. RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)</b>		
<b>Risco 03:</b>	Não planejar a contratação da solução como um todo, levando a aquisição de somente parte da solução, com consequente impossibilidade de atender a necessidade de negócio que motivou a contratação.	
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1.	Consequente retrabalho para realizar nova instrução de contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	A equipe de planejamento da contratação realizará os estudos técnicos preliminares identificando, junto ao setor requisitante, todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que	Equipe de planejamento



	motivou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação. As partes da solução envolvem quantidades de funcionários, materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços, atribuições, obrigações e responsabilidades da contratada.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar nova pesquisa de mercado para identificação das partes da solução e sua dinâmica, de maneira a evidenciar todas as características e necessidades de pessoal e insumos da contratação. Caso não haja sucesso no processo de pregão eletrônico, o setor de licitações poderá propor para a contratação por meio de dispensa de licitação, até que novo processo seja adequadamente instruído.	Equipe de planejamento e Setor de Licitações

Assinatura dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação:

\_\_\_\_\_  
Rafael Costa de Souza  
Siape: 2330191

\_\_\_\_\_  
Yan Fernando Maciel de Franca  
Siape: 2329882

\_\_\_\_\_  
Raphael Marques Barros  
Siape: 2338162